

INCENDI

A avaliação final da campanha de sensibilização “Prevenção de Incêndios Florestais” foi muito positiva. Esta campanha cujo objectivo foi a sensibilização da população em geral para a necessidade de se tomarem medidas conducentes à prevenção dos incêndios florestais, resultou da cooperação e envolvimento de todas as associações do Algarve ligadas á temática, o que permitiu um contacto mais próximo com a população existente na área de intervenção de cada uma.

Nas 46 acções que decorreram em diversas localidades estiveram presentes cerca de 600 participantes que consideraram que este tipo de acção é importante, muito útil e esclarecedora, uma vez que para além de dar a conhecer a legislação em vigor, serviu para dar conselhos úteis e simples que podem fazer a diferença.



Ainda no âmbito deste projecto a AMAL fez-se representar no Seminário que decorreu em Lisboa, nos dias 20 e 21 de Setembro subordinado ao tema encerramento do INTERREG III C e início do INTERREG IV C, respectivamente. Ao longo da tarde do dia 20 realizaram-se vários workshops sobre diversas temáticas, entre elas “Natural and Technological Risks” onde foi feita, pela Presidente da AMAL, uma apresentação do projecto INCEDI.



Numa organização conjunta da AMAL, dos municípios de Loulé, Monchique, S. Brás de Alportel, Silves e Tavira, da Associação de Produtores Florestais da Serra do Caldeirão e dos Bombeiros Voluntários de Faro, vai decorrer de 22 a 26 de Outubro a “Semana da Floresta – Algarve”, durante a qual se vão realizar diversos seminários e reuniões de trabalho cujo objectivo é divulgar as melhores estratégias e as boas práticas na defesa e promoção da floresta.

REVOS - Rede Europeia de Voluntariado Social

A candidatura que a AMAL apresentou ao Algarve Digital para construção, alojamento e manutenção de um site relativo à temática do voluntariado social, a ser dinamizado pelo Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 1 172, S. Luís – Faro, já foi aprovada e prevê-se que esteja disponível online durante a próxima semana. Este site constitui uma plataforma de encontro entre quem procura e quem oferece serviços na área social e do voluntariado.



Projecto de Remodelação da Rede de Iluminação Pública – Urbanização S. Rafael em Albufeira

O Objectivo central de mais um Projecto levado a cabo pela AREAL foi a melhoria da iluminação existente na Urbanização S. Rafael, em Albufeira. Tendo em conta que a iluminância e a uniformidade obrigatória para a zona em causa são de 20 lux e de 40 % respectivamente, propôs-se a utilização de luminárias equipadas com lâmpadas CDM-T com potências de 150 e 70 W, distribuídas em função das inter-distâncias entre pontos de luz, altura de montagem dos aparelhos e dimensões a iluminar. O investimento total previsto para a execução da obra foi de 273.719,67 €, sendo que a poupança a obter pela Câmara Municipal de Albufeira ascendeu aos 16.806,39 €.

AMAL Grande Área Metropolitana do Algarve

FORMAÇÃO PEPAL

O Programa de Estágios para a Administração Local – PEPAL é vocacionado para o exercício de funções a decorrer em contexto de trabalho, tendo também uma componente de formação teórica. Neste âmbito a AMAL está a promover a formação para os tutores e para os estagiários.

Esta acção de formação teve duas componentes uma de sensibilização para os tutores que abarcava matérias tão distintas como “liderança e dinamização de equipas de trabalho”, “planeamento e monitorização dos estágios e seus objectivos” e “elaboração dos planos e relatórios dos estágios”.

A outra componente é direccionada para os estagiários e compreende três módulos um na área comportamental, outro de gestão de projecto e o último de âmbito mais geral que versará sobre Código do Procedimento Administrativo, Competências e Atribuições das Autarquias, Aspectos Éticos e Deontológicos do Estatuto dos Funcionários Públicos, Gestão Pública e Qualidade e Gestão de Desempenho.

ECOVIAS DO ALGARVE

No âmbito da promoção do Projecto das Ecovias a AMAL esteve presente na exposição “Energias renováveis / Mobilidade sustentável / Algarve Green Vehicle Challenge”, tendo também participado no colóquio organizado no âmbito desta iniciativa. Tratando-se da Semana Europeia da Mobilidade esta iniciativa tem impacto a nível nacional devido à prova de veículos amigos do ambiente, dando relevo a esta comemoração e aos projectos que lhe dão um maior significado.

A tarefa de transferência de dados vectoriais georeferenciados que compõem o Esquema Director das Ecovias do Algarve (Plano Regional) está praticamente concluída com a resposta de 13 dos 16 municípios, tendo já sido contactados os técnicos designados para o efeito e introduzida aquela informação nos SIG municipais. Para já foram identificados alguns Planos de Pormenor onde as Ecovias poderão ser contempladas.

A partir deste momento será necessário fazer um acompanhamento contínuo das operações urbanísticas na proximidade destes eixos de forma a não comprometer a viabilidade destas infra-estruturas regionais no momento da sua implementação.

Em Agosto o Projecto das Ecovias marcou presença na FATACIL com o stand próprio, tendo este sido apresentado ao

PROT - ALGARVE Conclusões da Reunião de 10/09/2007

No dia 10 de Setembro de 2007 na reunião da Junta Metropolitana do Algarve teve lugar a apresentação de várias questões à CCDR-Algarve, convidada para o efeito e representada pelo seu Presidente, Dr. João Varejão Faria, Vice-Presidente, Arq. Porfírio Maia, Director do Serviço de Gestão Territorial, Arq. Jorge Eusébio e o jurista desta entidade, Dr. Norberto Apolónia.

Daquela reunião resultou que seria produzido um documento, validado por aquela entidade. Aquele documento reúne o conjunto das respostas, contributos e esclarecimentos dados às questões apresentadas na referida reunião e expõe também as questões que ainda carecem de esclarecimento. Importa referir em relação a estas últimas que a CCDR-Algarve ficou de as remeter à tutela de forma a dar lugar ao devido esclarecimento.

Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. Foi uma semana em que o projecto foi sendo apresentado aos visitantes da feira. De destacar o interesse e entusiasmo daqueles que residiam em Lagoa, pois reconheciam a sinalética que já estava no terreno, mas que não sabiam do que se tratava.



LEGISLAÇÃO DE INTERESSE PARA OS MUNICÍPIOS

- **Decreto-Lei n.º 280/07, de 07 de Agosto** - No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 10/2007, de 6 de Março, estabelece o regime jurídico do património imobiliário público.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 105/07, de 07 de Agosto** - Extingue o Plano Regional de Turismo do Algarve (PRTA), aprovado pela resolução n.º 8/95 (2.ª série), de 11 de Março.
- **Portaria n.º 882/07, de 09 de Agosto** - Considera praias marítimas as designadas como zonas balneares costeiras e praias fluviais e lacustres as designadas como zonas balneares interiores.
- **Lei n.º 31/2007, de 10 de Agosto** - Grandes Opções do Plano para 2008.
- **Lei n.º 37, de 14 de Agosto** - Aprova normas para a protecção dos cidadãos da exposição involuntária ao fumo do tabaco e medidas de redução da procura relacionadas com a dependência e a cessação do seu consumo.
- **Decreto-Lei n.º 285/07, de 17 de Agosto** - Estabelece o regime jurídico dos projectos de potencial interesse nacional classificados como PIN +.
- **Decreto-Lei n.º 290/07, de 17 de Agosto** - Altera o artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 38 382, de 7 de Agosto de 1951, que estabelece o Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU).
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/07, de 20 de Agosto** - Aprova a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável - 2015 (ENDS) e o respectivo Plano de Implementação, incluindo os indicadores de monitorização (PIENDS).
- **Lei n.º 52/07, de 31 de Agosto** - Adapta o regime da Caixa Geral de Aposentações ao regime geral da segurança social em matéria de aposentação e cálculo de pensões.

- **Lei n.º 54/07, de 31 de Agosto** - Primeira alteração à Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto, que estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo.
- **Lei n.º 56/07, de 31 de Agosto** - Quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.os 53/2000, de 7 de Abril, e 310/2003, de 10 de Dezembro, e pela Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, impondo a transcrição digital georreferenciada dos planos municipais de ordenamento do território.
- **Lei n.º 58/07, de 04 de Setembro** - Aprova o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território.
- **Lei n.º 60/07, de 04 de Setembro** - Proceda à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação.
- **Decreto-Lei n.º 309/07, de 07 de Setembro** - No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro, estabelece a forma, extensão e limites da interconexão de dados entre diversos serviços e organismos da Administração Pública e introduz medidas de simplificação de procedimentos e de desburocratização no âmbito da Caixa Geral de Aposentações.
- **Decreto-Lei n.º 312/07, de 17 de Setembro** - Define o modelo de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 e dos respectivos programas operacionais.
- **Decreto-Lei n.º 316/07, de 19 de Setembro** - Proceda à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.

Anteprojecto de Decreto-Lei n.º .../2007 – Regime Jurídico dos Empreendimentos Turísticos

Na sequência do convite para apresentação de sugestões relativas ao Anteprojecto, no sentido de cooperar para o contributo da ANMP, o mesmo foi analisado, tendo sido apresentadas quatro questões de carácter geral e ainda 13 questões específicas em relação ao Anteprojecto referido. Para além do trabalho desenvolvido internamente foram importantes os contributos do Arquitecto Manuel Vieira, Director do Departamento da Câmara Municipal de Loulé.

Auditoria Energética à Quinta da Igreja da Alfarrobeira

O consumo energético de gás propano da Quinta da Igreja da Alfarrobeira foi objecto de mais um estudo levado a cabo pela AREAL. Com base no diagnóstico energético efectuado propôs-se a implementação de futuras medidas de racionalização de consumos, das quais se destacam a instalação de um sistema solar para apoio ao aquecimento ambiente, piscina e águas sanitárias, o que originaria uma redução anual de custos de 4.498,8 € e uma economia de energia de 51.209 kwh (3.977 kg), e a instalação de relógios nos circuitos de retorno das águas sanitárias que conduziria a poupanças na ordem dos 40%.



Reunião da Junta Metropolitana

Reunião 10 de Setembro

Algarve Digital – Foi efectuado um ponto de situação relativo ao projecto “Redes Camarárias” em execução no âmbito do projecto Algarve Digital, bem como ao Projecto Sustentabilidade – Parceiros Autárquicos. Este projecto descreve a proposta da Globalgarve de modo a garantir a viabilidade do projecto Algarve Digital a partir 2008, altura em que o projecto deixa de ser financiado.

A Junta Metropolitana deliberou, por unanimidade, solicitar à equipa técnica da AMAL uma análise mais aprofundada do documento para aprovação na próxima reunião ordinária.

Compras electrónicas – foi dado conhecimento que durante este mês terá início a segunda fase do projecto.

Programa de Combate à Obesidade Infantil - No âmbito do protocolo estabelecido, solicita-se a melhor colaboração de todas as autarquias nas iniciativas e actividades a promover no âmbito do estabelecido na cláusula IX do referido protocolo, bem como o apoio para a implementação e desenvolvimento do Projecto Escola Activa.

Indicação dos representantes dos Municípios da NUTII/Algarve, nos dois órgãos de gestão do QREN – A Junta Metropolitana deliberou por unanimidade indicar como seus representantes na Governação dos Programas Operacionais Regionais do QREN, os seguintes elementos:

Estudo do Sistema de Mobilidade do Algarve – Apresentação do Estudo II pela REFER

No âmbito do Estudo de Viabilidade Técnica do Sistema Ferroviário do Algarve conduzido pelo Grupo Técnico, participado pela AMAL e criado pela Secretária de Estado dos Transportes a 19 de Junho de 2006, foi apresentado pela REFER o 2.º Estudo o qual irá servir de base para a definição da solução a adoptar, a qual resultará do 3.º e último estudo – o da viabilidade económico-financeira.

Este 2.º Estudo apresenta uma análise dos cenários retidos do Estudo base. Dos cinco cenários agora considerados, os três primeiros tratam da modernização do sistema ferroviário convencional, sendo ainda considerado um novo sistema de transportes no interior da cidade de Faro e o reforço da inter-modalidade no eixo Lagoa / Portimão.

Comissão Directiva do PO Regional do Algarve:

Membros efectivos:

Eng.º José Macário Correia –
Presidente da Câmara Municipal
de Tavira.

Eng.º Técnico Francisco Leal –
Presidente da Câmara Municipal
de Olhão.

Membros suplentes:

Sr. Desidério Silva – Presidente
da Câmara Municipal de
Albufeira.

Eng.º António Eusébio –
Presidente da Câmara Municipal
de S.Brás de Alportel.

Comissão de Aconselhamento Estratégico do PO Regional do Algarve

Membros efectivos:

Dr. Sebastião Seruca Emídio –
Presidente da Câmara Municipal
de Loulé.

Dr. Carlos Tuta – Presidente da
Câmara Municipal de Monchique.

Eng.º Gilberto Viegas –
Presidente da Câmara Municipal
de Vila do Bispo.

Membros suplentes:

Dr. José Inácio – Presidente da
Câmara Municipal de Lagoa.

Dr. Manuel António da Luz –
Presidente da Câmara Municipal
de Portimão.

Dr. Francisco Amaral – Presidente
da Câmara Municipal de
Alcoutim.

Publicitação dos Benefícios Concedidos a Particulares

Para efeitos previstos na Lei n.º 26/94, de 19 de Agosto, foram publicitados os benefícios concedidos a particulares pela Grande Área Metropolitana do Algarve no 1º Semestre de 2007.

Beneficiário	Valor
Associação Centro de Informação, Mediação e Arbitragem de Consumo do Algarve.	31.281.00 €
José Adrião Arquitecto, Sociedade Unipessoal, Lda.	14.963.00 €